

As multifaces da instituição família “forma-atadas” por sistemas econômicos

Alexandra Arnold Rodrigues

*Universidade Estadual de Maringá e Uningá
Paraná, PR, Brasil*

Regina Perez Christofolli Abeche

*Universidade Estadual de Maringá
Paraná, PR, Brasil*

RESUMO

Este artigo aborda o tema família e a sua relação com o sistema político-econômico neoliberal. Faz uma breve revisão histórica das mudanças ocorridas no sistema político-econômico desde a Idade Média até a Contemporaneidade e identifica a sua repercussão na estrutura e dinâmica da família. Reflete sobre a influência do sistema político-econômico neoliberal nas relações de trabalho e a sua repercussão nas relações familiares e, de forma específica, identifica a ideologia de autonomia e liberdade (suporte subjetivo do neoliberalismo) disseminada e tão valorizada na contemporaneidade, como forma de mascarar o individualismo levado às últimas consequências. Esta e outras ideologias são difundidas principalmente via mídia e objetivam formar indivíduos e organizações familiares que garantam a manutenção e reprodução do sistema político-econômico neoliberal. A fundamentação teórica encontra-se embasada numa perspectiva histórico-dialética, e o homem é visto como produto e produtor da cultura.

Palavras-chave: Família; cultura; teoria crítica; psicanálise.

ABSTRACT

The multifaceted family institution shaped by economic systems

This article approach the family and your closer relation with economic-political system. Therefore, it make a brief historic review of changes happened in this systems since the mean age until the contemporary, as well as your influence in the family structures. Besides, it relate the influence of neoliberal system, in the present time, in the relation of work and your repercussion on family relations. It also identify the ideology of autonomy and freedom, disseminated and strongly valorized, as a way to mask an individualism led to the latest consequences. These and others ideologies, subjective supports of the neoliberalism, are spread mainly through the media and have as objective to construct people and family structures that assure the maintenance and reproduction of the economic and politic system at the present time. These topics are worked up in a historical dialectic perspective. This theory says that the mankind is a product of his own culture at the same time that is the responsible for create it.

Keywords: Family; culture; critical theory; psychoanalysis.

RESUMEN

Las múltiples caras de la institución familiar formateadas por los sistemas económicos

Este artículo aborda la familia y su relación con el sistema político-económico neoliberal. Hace una breve revisión histórica de los cambios en el sistema político-económico desde la Edad Media a la Contemporánea y identifica su impacto en la estructura y dinámica de la familia. Reflexiona sobre la influencia del sistema político-económico neoliberal en las relaciones laborales y su impacto en las relaciones familiares, y específicamente identifica la ideología de la autonomía y la libertad (apoyo subjetiva del neo-liberalismo) y difundido tan valorado en la sociedad contemporánea, como una forma de enmascarar el individualismo llevado al extremo. Esta y otras ideologías se difunden principalmente a través de los medios de comunicación y tratar de capacitar a las personas y las organizaciones de la familia para asegurar el mantenimiento y reproducción del sistema político-económico neoliberal. El marco teórico se basa en un histórico-dialéctica, y el hombre es visto como un producto y productor de cultura.

Palabras clave: Familia; cultura; teoría crítica; psicoanálisis.

UM ESTUDO SOBRE A INSTITUIÇÃO FAMÍLIA

O atual mundo globalizado encontra-se submetido à chamada economia do mercado em sua vertente neoliberal, que domina a maior parte dos países do mundo e cujos valores incidem, inclusive, naqueles países que não compartilham do mesmo ponto de vista. Além desta amplitude globalizada, este modelo econômico, assim como os anteriores, não se restringe ao modo de produção, mas interfere também nas esferas políticas, sociais e culturais e repercute no campo das relações humanas, logo, também no âmbito familiar – núcleo suporte para a constituição e desenvolvimento dos indivíduos.

Para investigar e confirmar essa hipótese da influência e imbricação entre sistema econômico e a dinâmica familiar, fez-se um resgate histórico, de forma a permitir uma compreensão da repercussão da atual cultura de consumo no seio da família contemporânea.

Destarte, este artigo tem como tema central a instituição³ família em seus diferentes arranjos, observada a partir de uma perspectiva histórica. Este estudo objetiva iniciar a investigação a partir da Idade Média, acompanhando as mudanças do sistema econômico e suas influências sobre as mudanças familiares, até chegar às várias configurações da família contemporânea, embalada por valores neoliberais. Como pontua Adorno e Horkheimer (1973, p. 133), “a família não só depende da realidade social, em suas sucessivas concretizações históricas, mas também está socialmente mediatizada, mesmo em sua estrutura mais íntima”.

Para alcançar o objetivo proposto optou-se pelo método histórico-dialético de abordagem (Lakatos e Marconi, 1989), que parte da visão de homem segundo a qual este é produto e produtor da cultura (Leontiev, 1978), ou seja, reconhece-se como Fuks (2003, p. 12) “a legitimidade da tese freudiana sobre a prioridade do social na constituição do psiquismo”.

O pressuposto básico desta discussão é que “a família não é um simples fenômeno natural. Ela é uma instituição social variando através da história e apresentando até formas e finalidades diversas numa mesma época e lugar conforme o grupo social que esteja sendo observado” (Prado, 1982, p. 12). Por outro lado, a família “tem por função a reprodução da vida, sua subsistência e sua perpetuação; portanto, é às necessidades da vida que ela está submetida” (Julien, 2004, p. 09). Deve-se dizer ainda que apesar de todas as críticas que recebeu e continua recebendo, e de todas as transformações provocadas pelas mudanças históricas, políticas e socioeconômicas, a família continua sendo

uma instituição necessária e desejada pela maioria dos indivíduos, por isso ela ainda se mantém. Não obstante, sua organização adotou formas e proporções diversas no decorrer da história, alcançando na contemporaneidade uma pluralidade de formatos, o que culminou numa reconfiguração das relações afetivas, com importantes consequências psíquicas e sociais.

Este estudo não pretende ter uma postura reducionista e finalizante, especialmente ao considerar a singularidade advinda das implicações tanto da constituição inata de cada indivíduo quanto da sua história familiar, que repercute na complexificação do desenvolvimento de cada indivíduo.

A INSTITUIÇÃO FAMÍLIA NO CAMINHO DA HISTÓRIA

Neste primeiro momento são apresentadas as ideias de alguns autores que contribuem para uma visão panorâmica das mudanças estruturais e valorativas ocorridas na família a partir da Idade Média até a contemporaneidade.

Poster (1979) pontua três modelos familiares essenciais: a família aristocrática (patriarcal) e a camponesa, da Idade Média, e a família burguesa (nuclear) da Idade Moderna. Além disto, estará presente a concepção de Adorno e Horkheimer (1973) a respeito da família proletária, que durante a Revolução Industrial compunha o rol de trabalhadores que garantiriam o acúmulo de capital no século XIX. Essa família, como veremos, assume o formato e dinâmica da família nuclear (dita burguesa) a partir da passagem do capitalismo de produção ao capitalismo de consumo (Severiano, 2007).

Antes de contemplarmos os modelos familiares, delimitaremos os períodos históricos denominados Idade Média, Moderna e Contemporânea, e pontuaremos fatos e ideologias que marcaram cada período, a fim de contextualizar e explicitar as mudanças familiares correspondentes a cada sistema socioeconômico.

As divisões apresentadas em relação aos modelos familiares e aos períodos históricos têm um caráter didático, considerando-se que as estruturas e os momentos não são estanques nem tão incisivamente delimitados, mas sim, dialéticos, ou seja, um se sobrepôs ao outro, ou em alguns momentos fundiram-se e em outro um deles destacou-se. Enfim, precisamos considerar o movimento e o ritmo que embala a história (ou as histórias).

A Idade Média na Europa, que abrange os séculos V a XV, encontra-se associada, nos livros de história, com o sistema socioeconômico feudal, que, de acordo com Pedro (1997, p. 62), caracterizava-se pela “economia

agrária voltada para a subsistência; o trabalho servil do camponês; a sociedade hierarquizada; o poder político descentralizado, nas mãos dos diversos senhores feudais”. No dicionário da língua portuguesa, feudo recebe a definição de “propriedade nobre ou bens rústicos, que o senhor de certos domínios concede mediante vassalagem e prestação de serviços e rendas” (Ferreira, 1999, p. 773). Vale constatar que o feudo era quase auto-suficiente, em outras palavras, produzia tudo ou quase tudo de que os moradores tivessem necessidade, e o que sobrava era trocado nos pequenos mercados das aldeias pelo que não era produzido nele. Este era o sistema que marcava o modo de produção da época.

Segundo Poster (1979), é no antigo regime feudal que encontramos os castelos da aristocracia europeia. Esses abrigavam o que hoje denominamos família extensa/aristocrática, que consistia num agrupamento de 40 até mais de 200 pessoas. Fazia parte da família extensa uma mistura de parentes, dependentes e clientes; as relações desta pautavam-se em excessiva hierarquia e os papéis eram fixados por rígidas tradições.

Poster (1979) e Ariès (1978) afirmam ainda que as casas, os grandes castelos, eram lugares públicos e políticos; não havia cômodos definidos e delimitados, assim nenhuma privacidade era possível. Inclusive, a sexualidade infantil era aceita como um costume e não havia um sentimento em relação à infância, que não era reconhecida como uma etapa do desenvolvimento (Ariès, 1978). Pode-se dizer que a criança era vista como um pequeno adulto.

Os aristocratas “consideravam-se parte de uma rede de relações de parentesco ou linhagem cuja preservação era de suprema importância” (Poster, 1979, p. 197), assim o destino da linhagem dependia dos casamentos para manter as propriedades da família. Neste contexto, a riqueza era para ser herdada e transmitida, não ganhada ou acumulada. Adorno e Horkheimer (1973) ratificam essa ideia ao pontuar que “a propriedade hereditária constituía, por si só, um sólido motivo de obediência por parte dos herdeiros” (p. 140).

Neste modelo familiar a esposa não se incomodava com a administração da casa nem com a criação dos filhos, sua função era de ter filhos e organizar a vida social. De acordo com Poster (1979), os cuidados com os filhos eram considerados abaixo da dignidade de uma dama aristocrática. Os bebês nobres eram amamentados por amas-de-leite, desta forma a criança formava seus primeiros vínculos com alguém que não pertencia à família, já que “as crianças eram consideradas pequenos animais, não objetos de amor e afeição” (Poster, 1979, p. 198). Ariès (1978) confirma este pensamento ao anunciar que o sentimento afetivo

da família não tinha tanto valor quanto a busca da manutenção de sua linhagem.

Já a estrutura da família camponesa, no regime feudal, era diferente da família patriarcal/aristocrática – da classe dominante. Poster (1979) analisa a vivência destas famílias nas aldeias e aponta que os camponeses casavam por volta dos 30 anos e tinham entre quatro e cinco filhos; havia muitos nascimentos, mas poucos sobreviviam até a idade adulta. Na realidade, este modelo familiar não se pautava no princípio de família extensa aristocrática, embora, às vezes, até três gerações vivessem na mesma casa. Por outro lado, os membros da família viviam em estreita proximidade com outros aldeões e parentes que viviam por perto e “os laços de dependência com a aldeia eram tão fortes que a sobrevivência não era possível no nível da unidade familiar (...) as interações cotidianas envolviam toda a aldeia ou grandes partes dela” (Poster, 1979, p. 203).

Ainda de acordo este autor, na família camponesa, quem detinha a autoridade social não era o pai, mas a própria aldeia. Tudo era conhecido, fiscalizado e sancionado pela aldeia. A mulher deste modelo familiar, apesar de subordinada, possuía considerável poder, o seu trabalho era vital para a sobrevivência da família e da comunidade; ela trabalhava arduamente por longas horas. Quando problemas de sobrevivência exigiam a presença das mulheres nos campos, as crianças eram abandonadas o dia inteiro, ainda em tenra idade. A amamentação “era realizada pela mãe com escasso envolvimento emocional, como uma tarefa incomodativa e consumidora de tempo” (Poster, 1979, p. 205).

Apesar destas marcantes diferenças, estes dois modelos familiares convergiam na constituição de um indivíduo marcado pelo período histórico em questão e pelos valores nele preponderantes. As semelhanças fundamentais destes modelos estavam expressas, por exemplo, nos hábitos higiênicos, que eram pouco fiscalizados, e no controle da vida sexual na infância e adolescência, que também era superficial (Ariès, 1978). Não nos esqueçamos de que o princípio de cuidado com o corpo e de intimidade é uma proposta iluminista e só surge na Modernidade, aos moldes de antigos princípios gregos (Adorno e Horkheimer, 1973).

Estas semelhanças, que acabaram fundando a constituição do indivíduo da Idade Média, estão expressas na ideia de Poster (1979) de que, tanto os espancamentos de crianças pequenas quanto a aprovação externa das ações dos indivíduos embasadas em sanções públicas no modelo camponês, tinham a função de apagar os vestígios de autonomia da criança que viessem de alguma forma, desafiar a autoridade.

O resíduo psíquico do açoite e da necessidade de aprovação externa das ações gerava na criança um sentimento de vergonha pela transgressão das normas da comunidade. No dizer de Poster, “a criança desenvolvia um agudo senso de normas sociais, externas” (1979, p. 200). Assim, as crianças não se identificavam com os pais como na família nuclear que estava por vir, mas havia algo mais amplo: a linhagem da família no modelo patriarcal e a aldeia/comunidade no modelo familiar camponês.

Em resumo, esta apresentação dos modelos (preponderantes) de composição familiar da Idade Média focalizou como elemento primordial o esmagamento da autonomia e o enfraquecimento do ego da criança gerada no seio destes modelos familiares – seja pelo açoite/punição incondicional às transgressões da ordem patriarcal, seja pelos ditames da Igreja.

A ideia é que a lógica patriarcal e monárquico-eclesiástica, bem como os dispositivos e valores que a garantiam também dentro das famílias, impunham uma submissão dócil dos indivíduos ao nobre/senhor feudal, às regras da aldeia e da Igreja – e mais, viriam a favorecer o poderio do Estado absolutista e do sistema mercantilista que em breve começaria a se consolidar. Tem-se aí todo um processo de adesão e reprodução do sistema econômico e de manutenção destes modelos familiares a partir da formação de sujeitos passivos e temerosos dos poderes de outrem ou dos poderes sociais e hierárquicos predeterminados, como se fossem alheios a tal poder; mas como, apesar disto, o curso da história permite novos ares, muitos rompem o gesso que carregam e, por incômodo ou necessidade, promovem mudanças sócio-históricas.

Do século XII ao XIV, a Europa experimenta intenso processo de transformação, promovida pela burguesia, uma nova classe social, que passa a mediar às relações de troca de equivalentes, extraindo o lucro dos produtos, e com essas transformações tem-se o início do comércio e da vida urbana. Esta parcela da população, aos poucos, passou a dominar as atividades comerciais, artesanais e bancárias, de tal modo que o eixo da economia desloca-se das atividades agrárias/campestres para as atividades comerciais urbanas. Este processo constituiu as bases para a Modernidade.

No período entre os séculos XV e XVIII cada reino deixou de ser um simples agregado desconexo de feudos submetidos a diferentes senhores feudais e assim se consolidaram os países – territórios coesos, submetidos a “uma só lei” e autoridade, a vontade real (e de seus “patrocinadores” burgueses), e não mais dependente da lei divina. A nobreza sucumbe à ascensão da burguesia e um novo modo de produção econômico se estrutura: o capitalismo comercial. Assim, o Estado Absolutista

estruturou-se assumindo como política econômica o mercantilismo: o Estado interfere na economia em prol da burguesia, financiando exércitos nacionais para a centralização de poder e para a exploração colonial. Tornou-se comum a restrita comercialização entre metrópole e colônia e a instalação de barreiras alfandegárias como prática protecionista.

Foi nesta fase do capitalismo que se acumulou o capital necessário para a chamada Revolução Industrial. Atentemos: “capital”, segundo Moreira (1999, p. 34), seria “todo o dinheiro que é investido no processo produtivo [instalações, máquinas, mão-de-obra, entre outros agentes de produção], com o objetivo de gerar lucro”.

A partir destas ideias, nos concentraremos nos acontecimentos ocorridos e nas ideologias imperantes a partir do século XVIII para alcançar uma compreensão do modelo familiar registrado no imaginário cultural ocidental até os dias de hoje: a família nuclear.

No século XVIII, a Revolução Industrial consolidou o sistema capitalista, e assim a manufatura – em que a mercadoria era produzida de modo artesanal – foi substituída pelas máquinas a vapor. O capitalismo atingiu sua forma plena no século XX, quando países desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos da América, graças à sua grande força econômica, influenciaram os padrões mundiais de desenvolvimento e controlaram a maior parcela da produção mundial.

O capitalismo, sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção (máquinas, ferramentas, fábricas, matérias-primas) e no trabalho assalariado, cresceu na fase do absolutismo, do mercantilismo e do colonialismo, período também conhecido como Antigo Regime. Não obstante, a política econômica rigidamente protecionista do mercantilismo acabou por tolher as possibilidades de expansão capitalista. O que havia sido um fator de desenvolvimento do capitalismo tornou-se um obstáculo a esse mesmo desenvolvimento, obstáculo que era preciso remover (Pedro, 1997, p. 90).

Sob esta lógica, nos séculos XVIII e XIX – passagem da Idade Moderna à Contemporaneidade – surgem ideias de um capitalismo liberal ou concorrencial, pautado na doutrina de Adam Smith (1723-1790), segundo a qual o mercado deve ser regido pela livre concorrência, baseada na lei da oferta e da procura: quando a oferta é maior que a procura, os preços tendem a baixar; quando a procura é maior, os preços se elevam (Moreira, 1999, p. 36).

A família, em meio a este contexto, ganhou novas estruturas e valores de sustentação. De acordo com Carrobes (2003), na família camponesa todos trabalhavam inclusive a mulher tinha um papel

importante enquanto protagonista social na comunidade. Já com a Revolução Industrial e a sua repercussão no desenvolvimento social e urbano, a mulher passa, muitas vezes, a ser responsável exclusivamente pelo suporte afetivo da família, limitando-se às funções de casa.

Segundo Carrobes (2003), com o desenvolvimento urbano, indivíduos solteiros migraram do campo para as cidades modernas, em busca de trabalho. Seria neste contexto que emergiria o modelo de família nuclear/burguesa, no qual o indivíduo deixa de depender do consentimento dos seus familiares para a escolha de seu cônjuge, e, solitário nos grandes centros urbanos em formação, constitui sua família - não mais extensa, mas sim, nuclear.

A família burguesa ou nuclear surge “como a estrutura familiar dominante na sociedade capitalista avançada do século XX” (Poster, 1979, p. 186). Esta estrutura familiar é definida como uma unidade conjugal limitada a poucos filhos, não se pautando na manutenção das tradições e na continuação da linhagem, mas sim, na acumulação de capital e no valor da escolha individual, no amor romântico. A partir do Estado liberal, a autoridade passa a ser exclusivamente limitada aos pais.

Poster (1979, p. 187) concorda com Carrobes (2003) ao colocar que “as relações na família burguesa eram regidas por rigorosas divisões dos papéis sexuais”, de forma que o marido era a autoridade e providenciava o sustento familiar pelo trabalho na fábrica ou no mercado, enquanto “a esposa, considerada menos racional e menos capaz, preocupava-se exclusivamente com o lar”. Neste modelo familiar era a própria mãe que amamentava, a regra era a atenção constante, a alimentação regular e a limpeza meticulosa. Tudo o que acontecesse de mal ao bebê era considerado culpa da mãe, por isso a interação entre mãe e bebê ficava impregnada de ansiedade.

Poster (1979) aponta que a prática de hábitos higiênicos, característica da Idade Moderna, iniciava-se em uma idade muito precoce, graças aos avanços da medicina e a uma série de ideologias respaldadas pela ciência. O interesse da mãe concentrava-se então nos seus filhos, que eram criados com o máximo de atenção e cuidado. Enfim, as “mulheres burguesas estavam confinadas ao lar como nunca haviam estado antes” (Poster, 1979, p. 188).

Ariès (1978) confirma esta posição ao dizer que a ocupação com a higiene, a saúde física e a disciplina tinha por objetivo formar homens honrados e racionais, em consonância com o ideário iluminista. Estes objetivos colocaram as crianças em um papel central no contexto familiar e revelaram também um valor

social representado na ideia de que da criança depende o futuro da nação.

Adorno e Horkheimer (1973), assim como Poster (1979), abordaram também a existência de uma estrutura familiar específica na Revolução Industrial: “no caso da classe trabalhadora, a estrutura da família sofreu transformações espetaculares num período de menos de dois séculos (...) sob condições de angústia social e econômica” (Poster, 1979, p. 209). Como os salários eram muito baixos, geralmente toda a família tinha que trabalhar para garantir o sustento; assim, também “os trabalhadores eram propensos a casar mais cedo do que a burguesia, sem interesses de propriedade que pudessem retardar suas inclinações” (Poster, 1979, p. 210).

Segundo Adorno e Horkheimer (1973), por meio da família proletária

revelou-se que alguma coisa não funcionava na sociedade da justa e livre troca [proposta pelo Liberalismo] quando, ao desencadear a Revolução Industrial, os filhos dessas famílias foram jogados no processo produtivo como escravos do trabalho. Então, a sociedade burguesa só poderia se perpetuar reforçando a coerção e o princípio de troca com outras formas de dependência direta, e a família foi seu instrumento de ação (p.139).

Também de acordo com Poster (1979), os filhos do proletariado “eram criados da maneira informal mais antiga, sem a constante atenção e fiscalização pela mãe. As crianças eram amamentadas ao peito forçosamente por mães subalimentadas, exaustas e preocupadas. O treinamento de hábitos higiênicos e o controle genital eram indubitavelmente negligentes” (p. 211). Estas crianças defrontavam-se muito mais “com uma sociedade indiferente que os tratava com brutalidade e pouco ou nada lhes prometia em troca. Não se podia esperar o desenvolvimento de um superego forte” (Poster, 1979, p. 211). Talvez neste sentido possa se compreender o porquê de este modelo familiar ter sido levado mais tarde a aderir ao modelo de família nuclear/burguês.

A disciplina da fábrica era orientada na própria fábrica, as crianças não recebiam a disciplina esperada na família para se submeterem à estrutura e organização desta. Poster (1979) alerta que talvez a lacuna entre a autoridade (ou a falta de autoridade) na família da classe trabalhadora e a autoridade na fábrica ajude a explicar a disposição rebelde do proletariado na primeira metade do século XIX.

De acordo com Poster (1979), no século XIX, através de um salário familiar conseguido por uma minoria,

emergiu uma “aristocracia” da classe trabalhadora entre os operários mais qualificados. Segundo o autor, filantropos burgueses tentavam integrar as classes inferiores no modelo de família burguesa impondo seus padrões morais, com as ideias de assistência materna, domesticidade, privacidade e outras. Neste sentido, também os liberais asseguraram um ambiente familiar apropriado, limitando as horas de trabalho das mulheres e crianças. Após certo tempo, a família proletária viu a mulher cada vez mais no lar com os filhos, iniciando-se então o padrão burguês de diferenciação dos papéis sexuais, apesar de as mulheres ainda não viverem o padrão de isolamento do modelo burguês, em vista do contato com as outras mulheres nos guetos. Os filhos tinham ainda uma grande independência em relação aos pais. O que levou à quebra dos vínculos da mulher proletária com a comunidade dos guetos foi a mudança desta mulher para os subúrbios (pela ascensão econômica) das cidades, pois desta forma ela se isolou no lar, construindo um centro prioritário de atenção aos filhos. O futuro dos filhos passou a ser a máxima preocupação dessa família, que adotou plenamente o padrão ou o modelo da família burguesa.

A família nuclear, que aos poucos engolfou e anulou a lógica própria da família proletária, é o modelo familiar no qual Freud pautou sua teoria. O modo de funcionamento estrutural deste modelo familiar consistia basicamente na formação de indivíduos temerosos e ameaçados pelo risco da perda do amor parental a título de punição, no lugar do castigo físico. O açoitado e a rígida lógica patriarcal são substituídos por uma autoridade parental (aparentemente) absoluta, em detrimento da aldeia, da Igreja e do Estado. A causa disso foi que o amor dos pais e os laços familiares constituíram-se de modo profundo, por meio de cuidados higiênicos, da vigilância em relação aos hábitos sexuais (agora imantados do pudor e das instruções de privacidade) e da preocupação com os filhos (responsabilidade parental). A partir desta nova condição, Freud, ao longo de sua teoria (destacando as obras de 1905, 1923 e 1930), postula que a criança acabava conduzida a uma renúncia à satisfação imediata de sua sexualidade a favor da afeição parental e da garantia de integridade corporal.

Como corolário deste modelo familiar, podemos considerar que as crianças internalizavam um padrão de regras imposto pelos pais e que com isso “a família gerou um burguês autônomo, um cidadão moderno que não necessitava de sanções ou apoios externos [como no modelo patriarcal e camponês], mas estava automatizado para enfrentar um mundo competitivo, tomar decisões independentes e bater-se pela aquisição de capital” (Poster, 1979, p. 193) – ideário que não

escapou à formação dos indivíduos de famílias pauperizadas.

A ideia de que todos são capazes de concorrer e ascender economicamente no novo sistema econômico liberal é fundamental para compreender o ponto comum que leva as diversas classes sociais a funcionarem sob o mesmo protótipo de modelo nuclear da família burguesa. Apesar de diferenças na dinâmica familiar por conta da renda financeira, a base valorativa torna-se a mesma. Pode-se então falar que a sociedade moderna exigiu e conseguiu consolidar, nos vários âmbitos da “escalada social”, a formação de indivíduos preparados para compactuar com os valores da doutrina liberal. Mais uma vez, o modelo familiar desponta como importante elemento de cumplicidade com o sistema econômico vigente.

Dito isso, para começar a descrever e compreender o que se pode chamar de família contemporânea, é preciso resgatar um pouco mais da história: com o avanço tecnológico da siderurgia e dos meios de transportes promoveu-se a chamada Segunda Revolução Industrial, que se traduziu em uma expansão do capitalismo em proporções gigantescas. De acordo com Moreira (1999, p. 36), “a ampliação dos lucros permitiu grandes reinvestimentos, sobretudo na indústria, gerando mais lucro e ensejando maiores aplicações”, o que significou uma acumulação do capital, culminando numa crise gerada pela superprodução. Esta crise se expressou na quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. A partir deste fato, para contornar a crise,

o Estado passou a interferir diretamente na economia, elaborando planos econômicos, injetando recursos por meio da construção de grandes obras públicas, controlando finanças, preços e distribuição de mercadorias, definindo regras do mercado de trabalho e nacionalizando setores considerados estratégicos, como produção de energia, transportes, siderurgia e bancos” (Moreira, 1999, p. 36)

O Estado definiu também políticas específicas de satisfação das necessidades sociais, desenvolvendo um sistema previdenciário sólido, conhecido como Estado do Bem-Estar Social, que garantiu à população acesso aos serviços de saúde, educação, habitação, previdência social e direitos de pensão (Moreira, 1999).

A doutrina neoliberal surgiria em meio a este contexto, a partir de um resgate do ideal liberal, “logo depois da Segunda Guerra Mundial [por volta de 1970 – 1980], em regiões da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica

e política veemente contra o Estado Intervencionista e de Bem-Estar” Anderson (in Moreira, 1999), resultante da crise do modelo industrial. Os defensores do neoliberalismo condenaram a participação do Estado, alegando que ela impedia o livre funcionamento das forças do mercado, ao bloquear o capitalismo e funcionar como uma ameaça à liberdade tanto econômica quanto política, e mesmo a individual (no sentido de impedir o ideal da livre concorrência).

Para o mercado funcionar livremente, as empresas estatais deveriam ser privatizadas, o Estado deveria poupar os gastos sociais e a luta dos sindicatos, protegida do Estado, deveria ser reduzida. Segundo Severiano (2007, p. 81), este processo acarretou um alto índice de desemprego e marginalidade, e nessa nova fase do capitalismo o poder aquisitivo mínimo (para a população como um todo se posicionar como consumidor) em prol do escoamento da produção, se esvai, junto com a “procura” de mercadorias. A balança agora pende para a “oferta”, não se necessita mais buscar consumidores, “aqueles que, não importa por que razões, não mais conseguem alçar aos padrões ‘mínimos’ de consumo são tornados ‘não respeitáveis’” (Severiano, 2007, p. 83).

Carrolles (2003) pondera então que a crise do Estado do Bem-Estar da contemporaneidade, decorrente, em especial, dos princípios do neoliberalismo, resultou na diminuição da prestação de serviços públicos por parte do Estado. Se antes o estado substituí a família na prestação de serviços sociais e a amparava, esta nova situação acabou gerando grandes transformações e progressiva debilitação da família nuclear. Gerou ainda a fragilização dos laços de dependência econômica, pois as famílias tiveram que se ocupar com compromissos adicionais sem a ajuda do Estado.

FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA: REFLEXO DE UMA CULTURA CONSUMISTA

Salazar (2002) indica a existência, a partir dos anos 80, de uma “cultura da felicidade” ou “ética hedonista” (Severiano, 2007), própria das sociedades de consumo – resultantes dos pressupostos neoliberais – estimulada e amparada pela indústria cultural (Adorno e Horkheimer, 1985).

A “cultura” em questão é caracterizada por Salazar (2002) “pela falta de obrigação de consagrar a vida ao próximo, à família ou à nação”, em que “a ideia de sacrifício de si mesmo está deslegitimada, sendo estimulado o usufruto do presente, o templo do eu e do corpo”. Os imperativos dessa ideia seriam juventude, saúde, elegância, lazer e sexo, em busca de uma felicidade em que “tudo pode”, baseada na mercadoria

e ancorada exclusivamente no princípio do prazer, segundo o qual as promessas de felicidade desta cultura parecem não oferecer um sentido de realidade e de construção para a vida.

Na contemporaneidade, com o advento do sistema neoliberal e um de seus suportes – a “cultura da felicidade” – há uma extrema mobilidade nas configurações familiares e novas formas de convívio são improvisadas em torno da necessidade de criar os filhos (Kehl, 2001). Estas novas formas de convívio estão expressas nas famílias monoparentais, recompostas, adotivas, homossexuais (Wagner, 2002) e outras.

Na cultura da felicidade ocorre um esvaziamento das preservações moralistas em benefício da realização pessoal e do direito do sujeito livre: direito à concubinação, direito à separação dos cônjuges, direito à maternidade fora do casamento, direito a ser fecundado por um genitor anônimo ou por um falecido. A família deixa de ser uma instituição transmissora dos deveres para se transformar em uma instituição emocional e flexível a serviço da realização pessoal (Salazar, 2002).

Observa-se também uma renúncia ao amor pelo outro. Na ideologia neoliberal, o outro é uma ameaça a suposta “individualidade”, o que camufla o modo de vida individualista. Apesar disso os indivíduos não deixam de aspirar aos laços sentimentais, embora estes sejam cada vez mais raros e breves. A centralização do indivíduo em si próprio, sob a roupagem ideológica de liberdade e autonomia, aparece como uma das virtudes do sistema neoliberal e acaba por ser o fator responsável pelas mudanças nos vínculos afetivos e o motor das novas reconfigurações familiares, seja nas famílias de classe baixa seja nas de classe média ou alta.

O indivíduo vive como se fosse uma ilha isolada no oceano, não tendo o outro como tão necessário à separação do ‘eu’ e do ‘não eu’, que possibilita o desenvolvimento das estruturas psíquicas superiores. O indivíduo reina soberano, mas solitário (Abeche, 2003, p. 35).

Apesar disto, Dufour (2001) recorre à psicanálise e nos lembra que o ser humano não deve sua existência a si mesmo, mas a outro. Esta figura do outro garante ao sujeito “uma permanência, uma origem, um fim, uma ordem”, ao funcionar como modelo de identificação. No atual momento histórico, a nova condição subjetiva dos indivíduos é a da perda dos referenciais, de um enunciador coletivo com credibilidade. Hoje, os modelos de identificação estruturam-se no âmbito “extrafamiliar” (Severiano, 2007), especialmente na publicidade, com ícones e produtos de consumo.

Assim, pode-se dizer que o mercado e suas leis permanecem como referência imperativa, enquanto o outro acaba por ser um empecilho ao pleno exercício

da “liberdade individual” – que funciona como ideologia ao camuflar um individualismo gritante –, tão valorizado pelo sistema. Mais do que isso, o outro só é reconhecido e valorizado socialmente se assume as regras do consumo; em outras palavras, tem sucesso quem compete mais.

Destarte, comprometer-se com alguém de forma responsável pode ser visto como uma fraqueza obscena, significa pôr em risco os ganhos e as satisfações tão prometidos pela Indústria Cultural.

Constata-se no cotidiano que os indivíduos não consideram este Outro como caminho para o amparo ou para a felicidade, e sim, como um inimigo, uma ameaça em meio à competitividade desenfreada, imposta de forma naturalizada e banalizada também pelos novos critérios de inclusão no mundo do trabalho da atualidade.

Pode-se dizer que, sob o impacto da lógica do mercado no mundo do trabalho, a vida dos indivíduos vem confundindo-se com a vida econômica da empresa, pois seu tempo depende da demanda e das necessidades dessa empresa. As emoções são flexibilizadas e o “flexitempo” (Sennett, 2001) determina o curto prazo com os amigos, com a família e até mesmo com o emprego.

Estes novos valores e exigências resultam em uma diminuição do contato entre pais e filhos em proporções extremadas. Antes o jovem internalizava uma diretriz de conduta, enquanto hoje, com o distanciamento dos pais, a função de transmitir valores fica, direta ou indiretamente, conferida à mídia e, de forma menos intensa e presente, às escolas. Assim, praticamente transformados em objetos, despidos de autonomia, expropriados dos direitos – agora flexibilizados –, os indivíduos vivem o individualismo competitivo e antropofágico que corrói o caráter (Sennett, 2001).

Em função das mudanças contínuas do mercado, que “é dinâmico demais para permitir que se façam as coisas do mesmo jeito ano após ano, ou que se faça a mesma coisa” (Sennett, 2001, p. 22), busca-se uma nova maneira de organizar o tempo: não há mais o tempo em longo prazo. Este princípio, introduzido no mundo do trabalho contemporâneo, interfere nas relações familiares e sociais e corroem a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo, os laços que levam tempo para serem construídos. Na família, a queda do princípio de “longo prazo” significa, ainda, não se comprometer, não se sacrificar, o que acarreta em uma ausência de autoridade e de orientação firme na criação dos filhos. Segundo Sennett (2001, p. 27), a família precisaria “ênfatisar, ao contrário, a obrigação formal, a confiança, o compromisso mútuo e o senso de objetivo. Todas essas são virtudes de longo prazo”.

Não só na dinâmica de funcionamento o mundo do trabalho e o vínculo familiar se aproximam, mas os conceitos para denominá-las também: “fragmentação”, “pluralidade”, “diversidade”, “personalização” etc. são termos originalmente referidos à dinâmica dos processos produtivos, de sorte que a extrapolação deles para o terreno da subjetividade humana revela-se ideológica porque camufla os fins: fragmenta-se pluraliza-se, diversifica-se e personaliza-se para melhor controlar (Severiano, 2007, p. 88).

Ora, não seria esta a situação presenciada mais uma vez: indivíduos plurais e flexíveis formando famílias fragmentadas e diversificadas, como um apropriado reflexo do sistema econômico vigente? A promessa de individualidade do sistema sucumbe ante a ideologia de “livre escolha” de mercadorias e o desejo de reconhecimento das diferenças se contenta com a aparente diversidade dos produtos de consumo. Em face disto, é importante observar que, segundo Corrêa (2000, p. 130),

pai e mãe sentem-se esmaecidos, confusos, ambivalentes quanto aos seus papéis e quanto aos valores a serem transmitidos [aos filhos]. A exposição a que estamos submetidos pela avalanche das transformações sociais, culturais e econômicas acaba por alterar os códigos e valores que são usados na formulação que possamos fazer de nós mesmos e da família.

Neste aspecto, por um lado tem-se o discurso contraditório dos especialistas – profissionais de saúde, sociólogos e outros, com suas pesquisas científicas – ditando regras e obrigações, treinando os pais para “serem pais”; de outro, vê-se a indústria cultural motivando o consumo, com a promessa de satisfação imediata e múltipla: cada um por si! Em meio a esta pressão, os pais se encontram desautorizados e expropriados do direito de educar seus filhos. Kehl (2001, p. 36) verifica que “ninguém quer errar, ninguém quer se arriscar; portanto, poucos pais sustentam o ato necessário para fazer de seu filho um ser de cultura, um sujeito barrado em seu gozo”. A autora aponta que no interior das famílias as crianças estão submetidas a um “abandono moral”, ou seja, um abandono de responsabilidade e de autoridade por parte dos pais. Que pai é capaz de dizer “não” ao seu filho em meio a este contexto?

Bauman (1988, p. 9), no seu livro *Mal-Estar na Pós-Modernidade*, anuncia que “O princípio de realidade hoje, tem de se defender no tribunal de justiça onde o princípio de prazer é o juiz que está presidindo”, ou seja, nesta cultura dita esclarecida (Adorno e Horkheimer,

1985), regida pelo imperativo do gozo, o princípio de realidade encontra-se submetido à lei do prazer como norma de conduta. Assim, não há um debruçar-se dos indivíduos sobre o princípio da realidade aliado ao princípio do prazer para fundamentar e orientar o caminho para a vida e o amor – resultado de um processo de elaboração mental. Por isso, na sociedade de consumo os indivíduos tornam-se menos capazes de renunciar ao prazer imediato e têm dificuldades em tolerar a frustração, elementos essenciais na construção do vínculo amoroso. Klein (1963/1991) aponta que a renúncia

permite ter prazer com aquilo que está disponível sem muita voracidade por gratificações inacessíveis e sem ressentimento excessivo diante da frustração. A renúncia está ligada à tolerância e ao sentimento de que os impulsos destrutivos não sobrepujarão o amor e que, portanto, as coisas boas e a vida podem ser preservadas (p. 351).

Calligaris (2000) colabora para esta compreensão ao descrever as condições dos pais submersos nos valores mercadológicos, com as renovadas promessas da indústria cultural – sempre via consumo – que seduzem e abrem um abismo entre o que se pode conquistar e o que o mercado oferece como conquista. São pais e filhos que se autoculpabilizam pela insuficiência e fracasso ao não serem consumidores performáticos.

Em meio a esta avalanche encontram-se os pais frustrados/desiludidos por não terem conquistado os sonhos almejados na juventude – o sucesso econômico, os quais terminam por estabelecer como ideal o ser adolescente: “queremos [os adultos] ver os adolescentes felizes porque eles criam apenas a caricatura despreocupada de nós mesmos” (Calligaris, 2000, p.70). O ideal consumista atual para os adultos torna-se o próprio adolescente, já que a vida adulta não é apresentada pela indústria cultural como um período estimulante e interessante, ao contrário, tudo que há de bom na vida parece estar retido na adolescência: liberdade para experimentar novos parceiros e novos estilos de vida, para recriar a própria identidade, transgredir regras e ignorar as consequências de seus atos.

O que se constata na atual cultura é justamente esse adolescente sem anteparo dos adultos ou da sociedade, sem um trampolim que o eleve à adultidade, sem um adulto em quem se espelhar, sem leis ou castração simbólica de figuras parentais e mesmo sem o compromisso de redes sociais que reconstituam o pacto social (Freud, 1930/1981).

O indivíduo formado no seio da família contemporânea cai facilmente nas malhas do mercado, porque é ao mesmo tempo cúmplice e vítima, pois está ao mesmo tempo abandonado e regozijando-se de seu individualismo.

Apesar do cenário catastrófico, pode-se dizer que “fora das relações coisificadas e utilitárias do trabalho, as pessoas buscam desesperadamente sua plena realização emocional, o único caminho para o que continua sendo a família. De fato, um contramovimento para o colapso da família surgiu recentemente”, de forma que, “embora muitas pessoas continuem experimentando padrões familiares não burgueses, não se pode afirmar que a família burguesa tenha sido abolida” (Poster, 1979, p. 220) – já que, independentemente da configuração familiar, ainda persistem as características básicas da família burguesa de atender às necessidades de amor, proteção, alimentação e educação da criança.

PARA CONCLUIR

Constatou-se que os laços afetivos e as estruturas familiares são hoje também reflexo de estereótipos e princípios do modo de produção e respondem às demandas ideológicas do sistema socioeconômico vigente – o neoliberalismo. Em outras palavras, se as estruturas familiares de outros períodos, desde a Idade Média, decorriam de uma exigência do sistema econômico correspondente, as várias configurações familiares na atualidade acabam por responder às exigências de flexibilidade, pluralidade e diversidade, que pouco ou nada são associados ao desestruturante mundo do trabalho atual.

O resgate histórico aqui proposto desvela o requinte (cada vez maior) do sistema econômico no controle dos indivíduos e denota, por conseguinte, a cumplicidade dos indivíduos. Essa leitura proposta permite identificar qual o sujeito (e família) ideal para a manutenção e reprodução do sistema econômico social vigente em cada época: no feudalismo o indivíduo submisso a uma autoridade absoluta e no sistema liberal o indivíduo autossuficiente, mas subserviente às regras competitivas da Modernidade. Já na atualidade, o indivíduo anelado pelo sistema neoliberal é aquele que assume um individualismo extremo a ponto de encontrar-se solitário e desacreditado de qualquer referencial que não seja ele próprio. Este indivíduo da contemporaneidade, que enxerga a possibilidade de amar o outro (assim como a consequente dependência deste) como uma ameaça, não pode alcançar a autonomia que pressupõe um pensar crítico (Adorno e Horkheimer, 1985) e por isso é facilmente engolfado na massa (Freud, 1921/2005).

Neste eixo de pensamento, os indivíduos, encarcerados a ideologias que sustentam o mercado, ficam submersos na busca de uma “felicidade” parcial e individual em detrimento do pacto coletivo e da segurança, o que dificulta a construção de seus vínculos afetivos. A possibilidade de reconhecimento da alteridade encontra-se diminuta neste contexto. Esses indivíduos, ao não terem acesso aos bastidores do espetáculo apresentado pelos que detêm o poder e transmitem suas ideologias via indústria cultural, encontram-se impossibilitados de enxergar os motivos reais de seu sofrimento. Nos discursos dominantes a família e seus membros são culpabilizados pelo sofrimento que vivenciam. Sentindo-se impotentes e desamparados, eles acabam por não viabilizar mudanças e redefinições concretas para uma nova forma de vida e eximem-se da responsabilidade de ser agentes da história.

As novas configurações familiares da contemporaneidade aparecem marcadas pelos valores implantados no contexto neoliberal. Neste sentido, “sofre-se por condições condicionadas, por uma conjuntura social, cultural e histórica, mas isso não deve determinar a ação deste sujeito” (Rutka, 2005). Rutka ainda pontua: faz-se necessário “transcender o sofrimento pela reflexão e ação concreta no mundo (práxis)”.

Cumprido dizer, então, que as famílias que sobrevivem atualmente sob a égide do afeto são uma importante forma de resistência ao sistema político-econômico contemporâneo, independentemente da configuração que apresentem. Neste sentido, nossa práxis no mundo consistiria numa reflexão menos ingênua a respeito da forte relação do sistema econômico com os modelos de família e, conseqüentemente, com o modelo de indivíduo necessário à manutenção desse sistema. Consistiria ainda em ações que limitem o individualismo apregoado pelo sistema neoliberal vigente na contemporaneidade.

A família teria assim, o papel de criar (educar) indivíduos comprometidos com seu desejo, que aceitem a falta e o conflito como constitutivos de sua condição humana e sejam capazes de superar as dificuldades e diferenças na relação com o Outro, para assim, a partir da alteridade e da relação com o diferente, tomar as rédeas da história coletiva.

REFERÊNCIAS

- Abeche, R. P. C. (2003). *Por trás das câmeras ocultas a subjetividade Desvanece*. [Tese de Doutorado]. Universidade Metropolitana de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP.
- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1973). *Temas básicos de sociologia*. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix.
- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ariès, P. (1978). *A história social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (1998). *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Calligaris, C. (2000). *A adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- Carrobes, J. A. (2003). *Surgimento e evolução da família ocidental atual*. Comunicação apresentada no I Congresso Internacional e V Semana de Psicologia: CIPsi. Psicologia: Formação, Desafios e Alternativas. Maringá, PR.
- Corrêa, A. I. G. (2000). O adolescente e seus pais. In Congresso Internacional de Psicanálise e suas Conexões: O Adolescente e a Modernidade. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Dufour, D. (2001). Les désarrois de l'individu-sujet. *Le Monde Diplomatique*, 13, 16-17. [Online]. Disponível em <<http://www.monde-diplomatique.fr/2001/02/DUFOUR/14750.html>>. Consultado em 03 set. 2010.
- Ferreira, A. B. H. (1999). *Novo dicionário da língua portuguesa*, (2ª ed., ed. rev.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Freud, S. (1981). El malestar en la cultura. In *Obras completas*, (Vol. 2). Madrid: Biblioteca Nueva, (Obra original publicada em 1930).
- Freud, S. (2005). *Psicología de las masas*, (6ª ed.). Trad. de Luis L. B. Torres. Madrid: Biblioteca Freud. (Obra original publicada em 1921).
- Freud, S. (2007). Ego e o id. *Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (Vol. 3). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1923).
- Freud, S. (1996). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In *Um caso de histeria e três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1905).
- Fuks, B. B. (2003). *Freud e a cultura* (Vol. 19). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Psicanálise passo-a-passo).
- Julien, P. (2004). *Abandonarás teu pai e tua mãe*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Kehl, M. R. (2001). Lugares do feminino e do masculino na família. In I. M. C. M. Comparato, & D. S. Monteiro (org.). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise: família e sociedade: diálogos interdisciplinares* (pp. 29-38). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kehl, M. R. (2002). *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das letras.
- Klein, M. (1991). Sobre o sentimento de solidão. In *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1963).
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1989). *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*, (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Leontiev, A. (1978). O Homem e a cultura. In *O desenvolvimento do psiquismo* (pp. 261-284). Lisboa: Horizonte Universitário.
- Pedro, A. (1997). *História da civilização ocidental: geral e Brasil, integrada*. São Paulo: FTD.
- Moreira, I. (1999). *O espaço geográfico: Geografia geral e do Brasil*. São Paulo: Editora Ática.
- Poster, M. (1979). *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Prado, D. (1981). *O que é família*, (2ª ed.). São Paulo: Brasiliense. (Primeiros Passos).

- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Rutka, E. A. (2005). Depressão, sofrimento e tristeza. *Revista Contato*.
- Salazar, M. C. A. (2002). Resignificando valores na família: Em busca de uma nova ética. [Online]. *Revista de Psicologia Catharsis: Revista de Saúde Mental*, 44. Disponível em <<http://www.revistapsicologia.com.br/revista44D/index.htm>>. Consultado em 03 set. 2010.
- Sennett, R. (2001). *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, (5ª ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Severiano, M. F. V. (2007). *Narcisismo e publicidade: uma análise psicossocial dos ideais de consumo da contemporaneidade*, (2ª ed.). São Paulo: AnnaBlume.
- Wagner, A. (2002). *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis: Vozes.

Recebido em: 24/02/2010. Aceito em: 15/09/2010.

Autoras:

Alexandra Arnold Rodrigues – Formada em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atualmente aluna do programa de Pós-Graduação PPI-UEM/Mestrado, bolsista CNPq/UEM. Pesquisou principalmente sobre os seguintes temas: as (re)configurações familiares da contemporaneidade; e o extremo investimento (doloroso) do corpo na contemporaneidade, por meio dos conceitos de saúde e eugenia, estética e arte contemporânea. Fundamentos teóricos: Psicanálise e Teoria Crítica de Escola de Frankfurt (primeira geração).

Regina Perez Christofolli Abeche – Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (1985) e doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2003). Atualmente é professora da Universidade Estadual de Maringá. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica (Teoria Psicanalítica) e Social (Teoria Crítica da Escola de Frankfurt), atuando principalmente nos seguintes temas: Mídia, adolescência, subjetividade, cultura.

Enviar correspondência para:

Alexandra Arnold Rodrigues
Rua Padre Raimundo Le Goff, 725 – Ap. 06 (Zona 07)
CEP 87.020-040, Maringá, PR, Brasil
E-mail: <aarnold.rodrigues@gmail.com>

Regina P. Christofolli Abeche
Universidade Estadual de Maringá – UEM/DPI
Rua Jouji Nakamura, 73 – Jardim Novo Horizonte
CEP 87010-110, Maringá, PR, Brasil
E-mail: <abeche@wnet.com.br>